



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

AJUSTE DIRETO

Convite à Apresentação de Proposta

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N.º 13/AQ/DMMC/DEM/DPCE/21 – “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE ESTABILIDADE PARA BENEFICIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA 5ª COMPANHIA DO RSB - BENFICA”

Processo nº22/AQS/AD/DGES/ND/2021

- 1. Entidade adjudicante:** Município de Lisboa.
- 2. Identificação do concurso:** Aquisição de Serviços N.º 13/AQ/DMMC/DEM/DPCE/21 – “Elaboração de Projeto de Execução de Estabilidade para Beneficiação e Ampliação da Sede da 5ª Companhia do RSB – Benfica” (Processo n.º 22/AQS/AD/DGES/ND/2021).
- 3. Órgão que tomou a decisão de contratar:**

A decisão de contratar foi tomada em 17 de Agosto 2021, pelo Senhor Engenheiro Miguel Dias Fernandes, Diretor do Departamento de Saneamento da Direção Municipal de Manutenção e Conservação da Câmara Municipal de Lisboa, em conformidade com o despacho nº 4/DMMC/2021, de 05/08/2021 e em substituição da Sra. Diretora Municipal, Mónica Pinto Ribeiro, no uso da subdelegação de competências vertida no Despacho n.º 138/P/2019 de 10 dezembro, publicado no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1347, de 12 de dezembro de 2019 e retificado pelo Despacho n.º 1/P/2020 de 8 de janeiro, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1351, de 9 de janeiro de 2020.
- 4.** Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica. As peças do procedimento estão disponíveis para download gratuito na plataforma eletrónica.
- 5. Adoção de Procedimento de Ajuste Directo**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP).



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

- 6. O preço base do procedimento é de 14.000,00 € (catorze mil euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.**
- 7. Preço ou custo anormalmente baixo:**
- 7.1 O preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
- 7.2 Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado, prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos construtivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do nº 4 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
- 8. Prazo de execução dos serviços – O prazo de duração da prestação de serviços é de 30 dias, para a fase 1, de acordo com o previsto no caderno de encargos.**
- 9. Esclarecimentos, rectificação e alteração das peças procedimentais:**
- 9.1 Os esclarecimentos e as listas de erros e omissões necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e via plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 9.2 Os esclarecimentos serão prestados através da plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 9.3 O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação das peças e à apresentação de lista de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e prazos previstos.
- 9.4 Os esclarecimentos e rectificações serão juntos às peças do processo do procedimento, prevalecendo sobre as restantes peças em caso de divergência.
- 9.5 Na falta de resposta dentro do prazo referido, o prazo fixado para a apresentação da proposta será prorrogado por período igual ao do atraso verificado.
- 9.6 Quando as rectificações referidas implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das rectificações.

10. Documentos que constituem a proposta:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **modelo 1** deste convite e assinada pelos seus legais representantes;
- b) Proposta redigida em conformidade com o **modelo 2** do presente convite e assinada pelos seus legais representantes. Sem prejuízo da apresentação destes documentos, o concorrente deve preencher na plataforma eletrónica os campos respeitantes aos atributos da proposta.

11. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

12. Prazo para a apresentação das propostas: O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 4 deste convite.

13. Modo de apresentação das propostas: Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 4 deste Convite, até ao termo do prazo fixado no ponto anterior.

14. O prazo para a manutenção das propostas é de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

15. Critério de adjudicação: Não aplicável.

16. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

17. Documentos de habilitação:

Com vista à habilitação da Empresa Adjudicatária e somente após a comunicação de adjudicação, devem ser apresentados, no prazo fixado na respetiva notificação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme **modelo 3** anexo ao presente convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
 - i. Certidão da Conservatória do Registo Comercial;
 - ii. Certidão do Registo Criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da Empresa, em efetividade de funções;



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

- iii. Declaração comprovativa de se encontrar regularizada a situação relativamente às contribuições para a Segurança Social em Portugal, emitido pelo Instituto da Segurança Social, IP;
 - iv. Certidão emitida pela Repartição de Finanças da área da sede ou domicílio fiscal, da qual conste que tem a situação tributária regularizada, nos termos do DL n.º 236/95, de 13 de setembro;
 - v. Cópia do BI / Cartão do Cidadão das pessoas com poderes para outorgar o contrato (com a respetiva morada);
 - c) Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, extraído do Portal rcbe.justica.gov.pt;
 - d) Documentos que comprovem a titularidade das habilitações exigidas neste procedimento. De acordo com o disposto na Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que republica a Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, posteriormente alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de junho, os técnicos encarregues da prestação deverão possuir as seguintes habilitações, devidamente reconhecidas pelas respetivas Ordens Profissionais:
 - **Autores de Projetos de Especialidades de Engenharia:** a autoria destes projetos incumbe a técnicos com a experiência e habilitações previstas no n.º 3 do artigo 10.º da referida Lei, de acordo com o disposto no respetivo Anexo III e respectivas notas, nomeadamente:
 - Projeto de Fundações e Estruturas: Engenheiro Civil, detentor do título de especialista, sénior ou conselheiro ou que tenha, pelo menos, 10 anos de experiência;
- 18. Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário:** 5 dias (máximo), a contar da data da notificação de adjudicação.
- 19. Prazo para a supressão de irregularidades nos documentos de habilitação entregues:** 2 dias (máximo), a contar da data da notificação.
- 20. Prestação da caução:** A prestação da caução está dispensada, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não sendo esta substituída por qualquer retenção nos pagamentos a efetuar.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

21. Legislação aplicável: Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e restante legislação aplicável.

P' A Diretora do DGES

SANDRA
SOFIA DO
ROSÁRIO
AVELINO

Assinado de forma
digital por SANDRA
SOFIA DO ROSÁRIO
AVELINO
Dados: 2021.08.18
15:58:36 +01'00'

Cláudia Pires Ferreira

Modelo n.º 1

Para cumprimento da alínea a) do Ponto 10 do Convite

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da

adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),

... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Modelo n.º 2

Para cumprimento da alínea b) do Ponto 10 do Convite

... (indicar nome, estado civil, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto da prestação de serviços de ... (designação da prestação de serviços), a que se refere o convite datado de ..., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa aquisição de serviços, em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço total de ... (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado e pelo prazo de ...

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... Local e ... Data.

... Assinatura.

Modelo n.º 3

Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos e Ponto 17, alínea a) do Convite

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP):

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP).

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP), a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.